

Aras institucionaliza “lava jato” e transfere papel para Gaeco

07/12/2020

A "lava jato" de Curitiba deve ter seus trabalhos prorrogados até o final do ano que vem. Mas não mais sob a direção artística de qualquer "força tarefa" — nome fantasia de órgão que não existe no organograma do Ministério Público Federal. O papel, com novos atores, será do Gaeco — Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Federal no Paraná (Gaeco/MPF/PR).



A ideia de institucionalizar o combate à corrupção em todas as frentes

poderá ser adotada em outros estados. Os Gaecos existem há 25 anos nos Ministérios Públicos estaduais. No âmbito federal, existem há seis anos, mas a implementação nos primeiros estados só aconteceu na gestão de Aras. O Rio de Janeiro, por exemplo, ainda não fez essa opção.

O personalismo e a **distribuição dirigida** de processos, em São Paulo, teve outra solução. A procuradora Viviane Martinez, encarregada de rever o sistema, estancou os vícios detectados, retirando da autoapelidada "força tarefa" os casos que nada tinham a ver com o processo relacionado à Petrobras.

Segundo um procurador, a preocupação da PGR é preservar a legitimidade do combate aos crimes de colarinho branco. A desmoralização de protagonistas e de seus métodos, argumenta, não pode comprometer o papel da instituição. Com a entrada dos Gaecos em cena, o que parecia ser projeto pessoal de algumas pessoas, passa a ser uma ação oficial do MPF, fiscalizada e controlada.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-dez-07/aras-institucionaliza-lava-jato-transfere-papel-gaeco/>